

## A construção do *ethos* discursivo de educadores: vivências com diferentes etnias indígenas

### The constructions of the discursive ethos of educators: experiences with different indigenous groups

Margarida Xisto Soares\*  
Maria Francisca Valiente

**RESUMO:** O artigo ora apresentado pretende tecer algumas considerações acerca da construção do *ethos* discursivo em textos escritos a partir de questionários aplicados a um grupo de educadores sobre vivências com diferentes etnias indígenas em uma escola indígena de Dourados/MS. São considerados aqui os pressupostos teóricos da Pragmática e da Análise do Discurso, principalmente os conceitos postulados por Maingueneau (1997 e 2006), por meio dos quais procuramos identificar as imagens construídas por cada sujeito em convivência com/sobre o outro. Dentro desse quadro teórico, nossas análises apontam que a construção do *ethos* dos educadores carrega a dimensão do “outro” discursivo, do coenunciador, uma vez que a imagem dos mesmos é criada e recriada por este último, através de um processo de estereotipização que podem ou não se revelar, confirmar ou se redimensionar no momento da enunciação, de modo a adquirir novas configurações.

**Palavras-chave:** Análise de discurso. Discurso pedagógico. Cenografia

**ABSTRACT:** The article presented here intends to make a few remarks about the discursive construction of *ethos* in written texts from questionnaires given to a group of educators about experiences with different indigenous groups in an indigenous school of Dourados/MS. Considered here are the theoretical assumptions of Pragmatics and Discourse Analysis, especially the concepts postulated by Maingueneau (1997 and 2006), in which we tried to identify the images constructed by each subject in coexistence with / on the other. Within this framework, our analysis show that the construction of the *ethos* of educators carries the dimension of the "other" discourse, co-statements, since their image is created and recreated by the latter, through a process of stereotyping that may or may not reveal, confirm or resize it at the time of utterance, to acquire new settings.

**Keywords:** Discourse analysis. Educational discourse. Scenography

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, partimos de uma perspectiva pragmática<sup>1</sup>, em que a linguagem é considerada uma forma de ação, visto que cada ato de fala está intimamente ligado à

---

\* Mestranda pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Estudo Linguísticos, professora da rede pública do estado.

\* Mestranda em Letras-Concentração em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e bolsista da CAPES.

instituições, que ao acionar certas convenções regulam as relações entre os sujeitos, atribuindo-lhes um lugar. Concepção que vem ao encontro da teoria da Análise de Discurso, ao focar em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação, aqui também será contemplada.

Por meio dessa perspectiva, é que abordaremos a pertinência das representações oriundas da prática escrita, uma vez que ela representa as vontades humanas – com o intuito de analisar a construção do *ethos*<sup>2</sup> discursivo de educadores que falam a partir de uma instituição social. Procuramos assim identificar quais as representações que cada sujeito educador constrói de si no/pelo discurso, ao falar da nova convivência escolar com o outro. Essas falas, de certa forma, os remetem a falar de si, de suas atitudes e competências diante da diversidade étnica.

Convém enfatizar ainda que tal representação não corresponde à realidade em si, à pessoa que enuncia, mas trata-se da imagem discursiva, uma vez que o *ethos* está diretamente ligado a um efeito discursivo e não à realidade do enunciador.

Desse modo, o sujeito se inscreve no tempo e no espaço de seu interlocutor, visando a linguagem não só como um meio para transmitir informações, mas ao mesmo tempo como um lugar de interação, no qual o locutor constrói a partir de seu discurso uma representação de si para exercer influência sobre seu destinatário, o que em pragmática podemos conceituar de “*Ethos*”, que não equivale necessariamente ao caráter real do enunciador.

Neste sentido, o sujeito constrói uma representação de si visando preservar sua face<sup>3</sup>, selecionando discursos aprovados pelos meios sociais. Convém enfatizar ainda que foram os pragmaticistas que elaboraram conceitos não discursivos como os gestos, as maneiras de olhar, de se colocar no discurso etc. que são fatores importantes na constituição do *ethos*.

Assim, ao se estabelecer uma comunicação, deve-se necessariamente haver uma confiança mínima entre os protagonistas, de modo a contribuir para criar no enunciatário os efeitos desejados pelo enunciador, de forma que possa convencê-lo.

Logo, estamos sob o suporte teórico da Teoria Pragmática, com foco na Teoria da Enunciação e na Análise do Discurso (doravante AD), de modo que podemos gerenciar as vozes enunciativas sobre questões étnicas no ambiente escolar, produzidas, em respostas a questionários, por um grupo de educadores que convivem diariamente em uma escola indígena em Dourados-MS.

Optamos por tal viés discursivo, pois observamos mudanças no âmbito das comunidades indígenas nas últimas décadas, em especial, a partir da Constituição Federal de 1988, que colocou em vigor uma série de leis, inclusive, a criação de escolas indígenas. Isso

fez com que educadores indígenas e não indígenas e alunos indígenas passassem a conviver com mais frequência com diversas etnias na escola.

Uma vez que não há professores indígenas formados na área para atender a demanda, professores e demais educadores não indígenas também passam por experiências novas, as quais os levam a novos discursos, novas maneiras de vestir seus dizeres, que os remetem a um modo de ser, de pensar e de agir no mundo.

O *corpus* da pesquisa é constituído de três tipos de questionário, todos aplicados no dia 23/02/2010. Um questionário para diretor (1), composto por onze questões; um questionário para professor (1), composto de oito questões, e um questionário para coordenadores (3), composto por dez questões, todos referentes à convivência entre diferentes etnias indígenas e não indígenas no ambiente escolar. Vale lembrar que os questionários são distintos, tendo em vista que os sujeitos ocupam lugares diferentes. Portanto, partimos da hipótese de que, por esses sujeitos estarem inseridos em contextos diferentes, as representações da situação de produção – que servem de base de orientação para a ação discursiva-também são distintas, fato que, certamente, se refletirá na composição textual.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta teórica aqui contemplada é baseada nos estudos da Pragmática e na AD de linha francesa (1969), tendo em vista que atendem aos objetivos propostos, enfocando principalmente o conceito de *ethos* postulado por Aristóteles<sup>4</sup> (1998)<sup>5</sup> e Maingueneau (1997 e 2006), entre outros.

### 2.1 *Ethos* aristotélico

Em uma dada situação de enunciação, o enunciador e o coenunciador devem posicionar-se de modo a levar em consideração não só sua relação com a linguagem e com o que é dito, mas também com a construção imaginária que cada um faz de si e do outro. Isso se deve ao fato de que cada um tem uma maneira de dizer que determina também sua maneira de ser, sua forma de agir que legitima suas práticas.

Desse modo, argumentar que os sujeitos envolvidos em estratégias de interlocução constroem uma imagem de si é retomar a concepção *aristotélica* de *ethos*, em que o conceito é concebido como a maneira que o orador encontra de se colocar em seu discurso, na tentativa de causar uma boa impressão em seu destinatário, visando construir uma imagem de si capaz de persuadir de modo eficaz seu auditório. Isso implica fazê-lo acreditar no que está sendo

dito, na tentativa de ganhar sua confiança. Assim, como enfatiza Aristóteles em Retórica<sup>6</sup> (1998, p. 96):

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. [...] Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. [...] Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.

Mediante essa perspectiva é que o autor (*ibid*, p. 97) concebe a arte da persuasão a partir de três mecanismos fundamentais que devem ser empregados pelo orador para conseguir êxito na persuasão de seu auditório, a saber: o caráter do orador (*ethos*), um dos principais meios de persuasão; a disposição dos ouvintes (*páthos*), sobre a qual se suscita a virtude em todas as suas formas; e todas as suas paixões através do discurso (*logos*), pelo que este apresenta ou parece apresentar.

Neste sentido, Meyer (1994, p.49-50) acrescenta que:

*Páthos*, *logos* e *ethos* encontram-se sem que possamos nunca delimitá-los com precisão. A auto justificação implica argumentos (*lógos*), mas também o ter em conta o outro (*páthos*) a quem se quer agradar para ser aceito ou a quem se quer manipular (*ethos*).

Desse modo, convém ressaltar que a noção de *ethos* em Aristóteles não deve ser apreendida como o caráter real do orador, mas como a representação construída por meio do discurso, no momento exato em que a enunciação é proferida, constituindo, portanto, o *ethos* discursivo do orador.

## 2.2 A construção do *ethos* em Maingueneau

Em se tratando de *ethos*, temos como um de seus principais expoentes na Teoria da AD Maingueneau<sup>7</sup> (1997 e 2006), que atribuiu novas configurações ao *ethos aristotélico*, ao concebê-lo não somente como uma construção de uma representação de si, através do discurso no momento enunciativo, mas a partir dos gêneros constituídos, mesmo os que se referem ao texto escrito. É interessante destacar ainda que, segundo Maingueneau (2006, p. 68), “o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo<sup>8</sup> (mostrado) [...] e *ethos* dito<sup>9</sup>”.

Assim, a enunciação é construída por meio de uma cenografia, que envolve respectivamente “[...] um enunciador e um coenunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência” (*Ibid*, p.47), uma vez que ambos, ao se manifestarem discursivamente, o fazem mediante uma posição social

devidamente legitimada por um espaço institucional e inseridos em uma conjuntura sócio-histórica determinada. Consoante a isso, entendemos que:

Um posicionamento não implica apenas a definição de uma situação de enunciação e uma certa relação com a linguagem: deve-se igualmente levar em conta o investimento imaginário do corpo, a adesão “física” a um certo universo de sentido. As “ideias” são apresentadas através de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser, associada a representações e normas de disciplina do corpo (MAINGUENEAU, 2006, p.49).

Neste sentido, o enunciador constrói seu discurso por meio de estratégias como a escolha de palavras, do tom aderido no momento da enunciação e dos argumentos, levando seu coenunciador a atribuir-lhe um caráter<sup>10</sup> e uma corporalidade<sup>11</sup>. Desse modo, constrói-se uma representação subjetiva do corpo do enunciador, deixando vir à tona a imagem de um fiador<sup>12</sup> que, pela sua maneira de dizer, atesta o que é dito.

Maingueneau (2006, p. 56) ressalta ainda que:

A questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica ao mesmo tempo levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro, e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso de forma a sugerir através dele uma certa identidade.

Assim, o enunciador busca construir, por meio do discurso, representações positivas de si, deixando marcas de sua subjetividade materializadas na língua, sendo esta, inseparável da instituição legitimadora. Neste sentido, outras contribuições como as de Foucault<sup>13</sup> (1996), Amossy (2005) e Meyer (1994) se fazem pertinentes.

Foucault (1996) argumenta que o sujeito precisa entrar na ordem do discurso e ali fazer sua morada, entretanto, esse discurso apresenta poderes e perigos, de modo que é a instituição quem fala pelo sujeito:

Você não tem porque temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós que ele lhe advém (FOUCAULT, 1996, p. 7).

Assim, os sujeitos inseridos nesta pesquisa falam não somente a partir de sua posição social, mas por meio dessa constrói estratégias discursivas que dão legitimidade ao seu discurso, uma vez que utilizam determinadas operações de linguagem articuladas com o espaço institucional, em que sua enunciação se inscreve, construindo por meio do discurso um *ethos positivo* de si. Logo, para Amossy (2005, p.11), uma das pesquisadoras mais respeitadas contemporaneamente na área de AD

A enunciação é por definição alocação; de uma forma explícita ou implícita, “ela postula um alocutário” e consequentemente estabelece uma relação discursiva com o parceiro que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútuas.

Contudo, a autora propõe que a palavra articula dois níveis: o *ethos* institucional e o *ethos* discursivo, pois parte da premissa de que a posição institucional do orador e seu grau de legitimidade contribuem para suscitar uma imagem prévia capaz de influenciar a adesão do auditório.

Sendo que, para construir tal imagem, não é necessário que o enunciador fale sobre si ou apresente para os ouvintes suas características, suas qualidades e defeitos, pois, no momento do discurso, lançam-se pistas acerca desta imagem: seu estilo, sua visão de mundo, seu conhecimento acerca de determinados assuntos, dentre outros, que permitirão aos ouvintes realizarem a construção da imagem do enunciador (AMOSSY, 2005, p. 9).

Desse modo, não podemos dissociar a figura do enunciador e de seu coenunciador do meio institucional em que está inserida, pois não basta aos educadores construírem uma representação de si, é preciso que construa uma representação que se adéque à posição que ocupa.

### 3. ANÁLISE DE DADOS

A priori gostaríamos de enfatizar que a AD de linha francesa concebe as instâncias de enunciação como lugares “cuja especificidade repousa sobre esse traço essencial segundo o qual cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 33).

Desse modo, a instância enunciativa inscreve o sujeito em um duplo jogo, uma vez que ao mesmo tempo em que o coloca enquanto sujeito de seu discurso o assujeita, submetendo-o às suas regras. Assim, o sujeito enuncia não por si mesmo, mas a partir de um lugar, de uma posição social que é devidamente legitimada por uma instituição. É nesse sentido, considerando o conjunto da cena<sup>14</sup> de enunciação, que a pragmática vem ao encontro da AD de linha francesa, considerando o sujeito inscrito no discurso, o que traremos aqui inserido no âmbito da escrita.

Assim, a análise aqui apresentada tem como objeto de estudo discursos de educadores (SD - sujeito diretor não indígena, com 15 anos e seis meses no cargo; SP - sujeito professor Kaiowá, com dezesseis anos no cargo; e três coordenadores, SC1-Terena com dois anos, SC2 - Guarani com um ano e SC3 – não indígena com 20 anos de experiência), extraídos do *corpus* da pesquisa em andamento de (SOARES, 2011)<sup>15</sup>. Alguns enunciados

que seriam mais reveladores da construção do *ethos* em resposta aos questionários serão aqui analisados. Vejamos:

Enunciado 1:

(E1) “Não percebo nenhum problema [...] não tenho como verificar essa questão pelo fato de não lecionar” (SD).

Partindo da premissa de que ao enunciar o locutor deve fazê-lo procurando construir procedimentos, é através destes que o discurso encena seu próprio processo de comunicação, i.e., SD se posiciona de maneira a se preservar em seu discurso.

Dessa forma, ao ser questionado a respeito da “convivência entre alunos de etnias diferentes numa mesma sala de aula”, marca um não comprometimento com o que enuncia, ao utilizar-se do advérbio de negação seguido de verbo: “não percebo”. Produz, desse modo, efeitos de sentido do que não é dito, do silêncio que transpassa as palavras e que, simultaneamente, “fala” por elas, as cala. Ao marcar enfaticamente seu discurso por meio de uma negação, o enunciador traz respectivamente, por meio deste, outra voz que nos leva a pressupor, de outro lado, um enunciado afirmativo advindo de seu coenunciador. Se é preciso negar que um determinado problema existe, é porque outras vozes atestam a existência do mesmo. Negação esta que tende a encontrar uma justificativa marcada discursivamente quando expressa “pelo fato de não lecionar”. Atribui a outros a responsabilidade e isenta-se simultaneamente.

Assim, ainda convém argumentar que embora SD marque certo distanciamento em seu discurso, ele reivindica para si uma representação com valor social positivo, visando causar boa impressão. Coloca-se não como desconhecedor das problemáticas que envolvem o meio escolar, mas como não tendo autoridade para falar sobre tal. Constrói, por sua maneira de argumentar, um *ethos defensivo*, na tentativa de preservar sua face por meio de uma evasiva.

Neste sentido, argumenta Ducrot (1984, p. 201 *apud* AMOSSY, 2005, p.15) “O *ethos* está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou refutável”. Nesta perspectiva, podemos inferir que o enunciador se posiciona defensivamente, ao tentar causar uma boa impressão em seu coenunciador, por este já possuir um *ethos* pré-discursivo do enunciador. Assim, “o *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social, uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento” (MAINGUENEAU, 2006, p. 62). Essa representação constrói-se socialmente por meio de estereótipos cristalizados na

memória social que constitui o *ethos* de SD enquanto líder que deve reger uma equipe, administrar leis e normas, além de conhecer alunos, professores e pais.

Neste sentido, o autor (*Ibid*, p. 58) argumenta que “o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido”, uma vez que, na tentativa de se isentar de sua responsabilidade, SD produz uma representação negativa de si, já que seu *ethos* se posiciona de forma contrária à cenografia que o legitima, uma vez que:

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo de onde seu discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância (MAINGUENEAU, 2006, p.68).

Desse modo, o não convencimento de seu coenunciador se dá pelo não enlaçamento entre *ethos* e cenografia, produzindo uma representação avessa— um *antiethos* — levando seu coenunciador a rejeitar os valores a ela atribuídos. A cenografia revela, através da posição social ocupada pelo enunciador, que este não se adéqua ao *ethos* social correspondente à sua prática educacional.

#### Enunciado 2:

(E2) “Em alguns, sim. Estes falam que quando entram em uma loja pra fazerem compra, tem a impressão de serem olhados de forma diferente pelos vendedores” (SP).
---

Mediante a premissa de que, a partir de um *ethos* pré-discursivo, o coenunciador pode construir determinadas representações do *ethos* de seu interlocutor, antes mesmo que ele tome a palavra, atribuindo a este uma imagem construída socialmente, é que depreendemos na imagem de SP valores que lhe são atribuídos por meio do imaginário social e que são devidamente legitimados por meio de estereótipos.

Assim, atribui-se ao enunciador determinados valores que o legitimam enquanto responsável por ensinar o respeito aos valores humanos, à diversidade, fazer respeitar as individualidades, desenvolvendo o sentimento de respeito ao próximo, ou seja, até onde vai a liberdade individual; que se respeitem os procedimentos, as leis e as normas vigentes, para o melhor convívio em sociedade.

Desse modo, por meio de um processo de estereotipização, através do qual se constrói “uma representação coletiva que subentende atitudes de indivíduos ou de grupos, direcionando o comportamento dos mesmos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 213), temos aqui um *ethos mostrado*. SP se posiciona estrategicamente ao se apropriar do discurso “do outro”, do aluno-indígena. Legitima assim seu dizer pela fala do outro e

preserva-se, simultaneamente, uma vez que é a voz do outro que se faz ouvir, via *discurso*, e não necessariamente a sua própria.

Podemos perceber, através do uso do verbo “falam” em 3ª pessoa, um discurso indireto, em que há a incorporação explícita do discurso alheio por parte do enunciador. Este se projeta discursivamente por meio de caráter predominantemente informativo, objetivado, provocando um esvaziamento. Distancia-se o enunciador em detrimento de sua individualidade, na tentativa de preservação da face, uma vez que não é ele quem fala, mas uma voz que o atravessa, legitimando seu dizer.

Segundo Amossy (2005, p. 9), para a construção da própria imagem “não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si”, basta que simplesmente tome a palavra inserindo-se numa ação discursiva apropriando-se de discursos outros.

Enunciado 3:

“Creio eu que, em caso de profissionais, isso acontece com harmonia de todos” (SC1).
--

Em se tratando de *ethos*, o modo de falar mediante uma posição social corresponde também, pois são apreendidos pelo discurso. Assim SC1, ao projetar-se por meio de um discurso pedagógico, trazendo a fala de um representante escolar, utiliza-se desse universo para validar sua enunciação, conferindo “a seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com o saber” (AMOSSY, 2005, p. 16).

A maneira como SC1 expõe o seu discurso, dá pistas para o coenunciador criar uma representação do mesmo, um *ethos afetivo* que legitima sua forma de se mover no espaço social em que está inserido e de comportar-se.

Também podemos depreender, a partir da oração modalizadora “creio eu que [...]”, que SC1 deixa marcas explícitas de sua subjetividade. Marca a posição que ocupa, de modo a construir uma representação de si a partir de “seu estilo, suas competências lingüísticas [...] suas crenças” (*Ibid*, p. 9). É interpelado pela formação discursiva religiosa, persuadindo seu coenunciador a construir uma representação do mesmo de maneira que este possa ver no enunciador o mesmo *ethos* que o seu.

Ainda SC1 busca atenuar o seu dizer de modo a não se colocar no discurso claramente. Organiza a própria informação em favor de seus interesses, construindo um *ethos afetivo* generalizante “harmonia de todos”, vetando determinadas ações e impondo outras “caso de profissionais”. O enunciador se posiciona de modo a restringir o campo de escolha de seu coenunciador.

Como argumenta Maingueneau (2006, p. 55), “[...] persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o *ethos* característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele”. Ao enfatizar “em casos de profissionais”, o enunciador silencia estrategicamente outros dizeres, trazendo o efeito de sentido de que alunos índios com não índios nem sempre vivem em harmonia no ambiente escolar. Sendo que, o silenciamento aí constitui um lugar de recuo necessário para que possa se significar, uma vez que, mediante a posição que ocupa não pode falar de tudo em qualquer circunstância, assim, constrói uma estratégia de poder que permeia o que é dito.

#### Enunciado 4:

“Às vezes, uma certa recusa, mas se o professor souber trabalhar com respeito, carinho e dedicação, conquista a confiança dos alunos” (SC2).

Em um processo de interação, os sujeitos envolvidos em estratégias de interlocução tendem a deixar no discurso determinadas marcas que caracterizam o enunciador e o coenunciador construindo uma representação de si, um *ethos* que os singulariza.

Assim, SC2 deixa marcas linguísticas em sua enunciação as que implicam dizer que existe uma recusa por parte dos alunos de diferentes etnias em relação aos professores não indígenas ou de etnias diferentes. Podemos observar isto através do uso do modalizador deôntico “às vezes” que tende a atenuar a própria força das significações das palavras que se sucedem, “uma certa recusa”, em que o enunciador se posiciona por meio de uma “vocalidade”, manifestando-se através de um tom ameno. Desse modo permite que o coenunciador crie uma imagem subjetiva positiva de dele.

Assim, no tom aderido no discurso presenciamos um *ethos ordeiro* em SC2, permitindo que seu coenunciador construa uma representação do mesmo, a partir daquilo que é verdade ou se parece com a verdade em seu discurso. Isso possibilita ao enunciador atribuir uma “corporalidade”, uma maneira de se colocar em seu discurso, de mover-se no espaço social a partir de um comportamento socialmente aceito.

Ainda podemos depreender, por meio da conjunção adversativa “mas”, uma ideia concessiva. Nela o argumento predomina sobre o contra-argumento do enunciador, deixando pista para perfilar o *ethos* discursivo do mesmo, que ordena ao seu destinatário que aja conforme tal, de acordo com aquilo que se deve fazer em consonância com a moral.

Desse modo, o coenunciador tende a construir uma imagem do enunciador, conforme representações culturais fixas, estabelecidas por meio de estereótipos culturais. Atribui ao fiador, ou seja, à “instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso”

(MAINGUENEAU, 2006, p. 61) uma representação coletiva em que, SC2 é visto a partir da posição que ocupa como o sujeito que deve sensibilizar, tomar as decisões de acordo com o bem comum do coletivo no ambiente escolar.

Mediante tal perspectiva, o coenunciador, ao ser interpelado, identifica-se com a formação discursiva que o domina, tornando-se também “alguém que tem acesso ao ‘dito’ através de ‘uma maneira de dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, o imaginário de um vivido” (*Ibidem*, 1997, p. 49). Cabe à formação discursiva validar o que está sendo dito no momento da enunciação, de modo a permitir que o indivíduo se identifique com a mesma.

Desse modo, SC2 se posiciona discursivamente, visando gerar em seu coenunciador um convencimento, “se o professor souber trabalhar”. É este um poder de persuasão conforme argumenta Aristóteles (1998, p. 49):

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas, sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida.

Assim, o enunciador recorre a toda uma cenografia afetiva e moralista “respeito, carinho e dedicação”, [...] “confiança” na tentativa de estabelecer as verdades dos fatos, enquanto liderança que deve orientar os demais profissionais. Constituem-se assim, efeitos de sentido da ordem, dos sentidos cristalizados que instituem verdades, que ditam as normas do correto. Logo, como argumenta Amossy (2005, p. 10):

O *ethos* se define pelos traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...] O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo. O autor [Barthes] retoma assim as ideias de Aristóteles, que afirmava em sua Retórica: é [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo seu poder de persuasão.

Desse modo, ao suscitar as virtudes em todas as suas formas e as paixões, levando seu coenunciador a sentir emoção por meio de seu discurso, o enunciador tende a atingir a eficácia pretendida ao colocar em destaque valores e crenças construídas historicamente através de fragmentos de memória.

#### Enunciado 5:

<p>“Trabalhamos desde a pré-escola, com os alunos o tema “eu sou indígena, tenho valor em qualquer lugar que frequento, no mundo onde vivo” para que possam dar valor a si mesmo” (SC3).</p>
--

Ao enunciar, SC3 utiliza-se de um discurso constituinte, uma vez que, produz em seu discurso “um tipo de ligação específica entre operações languageiras e espaço institucional”

(MAINGUENEAU, 2006, p. 50). Assim sendo, o enunciador representa, através das formas enunciativas, a instituição no discurso, de modo que esta possa legitimá-lo.

Presenciamos, por meio do verbo “trabalhamos”, que o enunciador visa construir um efeito de generalidade, tenta alcançar a coletividade, pois não atribui somente a si, mas a todos os integrantes da escola a responsabilidade de fazer com que os índios se valorizem enquanto índios.

O discurso de SC3 é atravessado por outras vozes, submetendo-se, através de uma visão coletiva, à presença do outro e de outros de modo a construir uma imagem tanto pessoal quanto institucional. Constitui um *ethos coletivo* – como podemos depreender através da utilização do pronome oculto “Nós”, como a soma de eu+nós – de modo que, todos os possíveis acertos e respectivamente os erros advindos da inserção de diferentes etnias no ambiente escolar se tornem responsabilidade de todo o conjunto.

Ainda em SC3, percebe-se no seu discurso imperativo que visa ordenar, aconselhar, sugerir em “para que possam”, a construção de um *ethos* ordeiro no sentido de convocar seu destinatário a se juntar na luta democrática pela valorização do indígena.

Partindo da concepção de formação discursiva citada por Pêcheux (1997, p. 160) na qual designa “aquilo que, numa Formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa dada conjuntura, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” depreende-se que SC3 é interpelado pela formação discursiva pedagógica, argumentando discursivamente de modo a construir um *ethos* defensor. Tenta assim preservar sua face, uma vez que é papel deste fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional.

Assim sendo, SC3 se posiciona de modo a abranger o todo, procurando construir uma representação de si que seja capaz de persuadir seu auditório a identificar-se com o mesmo *ethos*, assimilando uma maneira específica de agir, de se relacionar no mundo e, simultaneamente, de aderir ao mesmo discurso que o seu.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conceitos de *ethos* aqui postulados, entendemos que esse conceito se relaciona a diversos elementos discursivos tais como o tom, o caráter e a corporalidade, elementos constituintes da cenografia do discurso. Ao mesmo tempo, relaciona-se aos

estereótipos que circulam socialmente, que interagem e influenciam na formação da representação do enunciador, bem como a uma argumentatividade inerente ao discurso.

Portanto, o *ethos* não está ligado apenas ao enunciador, a uma representação que deseja para si, mas se apresenta como uma categoria interativa, uma vez que sua representação deve-se adequar às expectativas de um auditório exclusivo, que regula o seu discurso. Desse modo, na tentativa de atingir a eficácia pretendida em seu discurso, os interlocutores posicionam-se de modo a construir determinados procedimentos, estratégias através das quais seus discursos são encenados e que legitimam seus comportamentos, a maneira de se moverem no espaço social.

Na modalidade escrita é comum a realização de autocorreções com o intuito de evitar que uma informação intrusa torne evidente o que não se deseja. Os educadores falam aquilo que pode ser dito, aquilo que lhes é permitido e que atende às expectativas de um auditório particular (grupo escolar). Constroem uma representação de si a partir de toda uma cenografia que legitima seu discurso e que, simultaneamente, este deve legitimá-la. Pois, quando o enlaçamento entre o *ethos* e a cenografia não acontece, a representação requerida não é alcançada. Isto faz com que seu coenunciador construa uma representação contrária – um *antiethos* – do enunciador.

Logo, a construção do *ethos* dos educadores carrega a dimensão do “outro” discursivo, dos coenunciadores, uma vez que a representação dos enunciadores é criada e recriada por estes últimos através de um processo de estereotipização. Daí lembrarmos dos esquemas coletivos, das representações sociais, que leva o *ethos* a se tornar sócio histórico. Podemos deduzir este fato a partir da constituição de uma sintonia harmoniosa entre uma construção linguageira e uma posição institucional. Isto ocorre tal como examinamos no gerenciamento das vozes aqui apresentadas, em que, apuramos marcas que se vêm tornando, ao longo do tempo estereótipos já aceitos pela sociedade, criando um *ethos* cultural significativamente revelador.

Desse modo, é no processo enunciativo devidamente articulado a um espaço social que os interlocutores constroem uma representação de si – um *ethos*. Isto ocorre a partir de valores e discursos cristalizados socialmente, visando legitimar seus discursos por meio de toda uma cenografia que os envolvem. Essa cenografia, associada à suas posições sociais, pode revelar, confirmar ou redimensionar uma representação estabelecida por meio de um *ethos* pré-discursivo, podendo atribuir a tal representação novas configurações no momento da enunciação.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. SP: Contexto, 2005, p. 9-28.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. (1970). *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19ª ed. Loyola. São Paulo, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação: Dominique Maingueneau*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Peres de Souza e Silva. 1ª ed. Curitiba, Paraná: Criar Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3ªed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MEYER, M. As bases da retórica. In: CARRILHO, M. M. (Org.). *Retórica e Comunicação*. Tradução de Fernando Marinho. Lisboa: Edições Asa, 1994.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3ªed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

SHILDBERG, M. C. C. *As máximas conversacionais e o humor em tirinhas: uma perspectiva pragmática*. Encontro de Iniciação Científica: biodiversidade, tecnologia e desenvolvimento. Universidade de Taubaté. São Paulo, 2008.

**Recebido em 14 de novembro de 2011.**

**Aceito em 29 de novembro de 2011.**

### Notas

<sup>1</sup> Área da Linguística que se ocupa a estudar o significado, mas não o significado das palavras isoladas do contexto [...] estuda o significado das palavras usadas em atos de comunicação (SHILDBERG, 2008)

<sup>2</sup>O ethos é uma noção *discursiva*; ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser aprendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada (MAINGUENEAU, 2006, p. 60).

<sup>3</sup> O conjunto das imagens valorizantes que, durante a interação tentamos construir de nós mesmos e impor aos outros (KERBRA-ORECCHIONI, 1989, p.171).

<sup>4</sup> Filósofo grego, visto como uma das figuras mais importantes e um dos fundadores da filosofia ocidental.

---

<sup>5</sup> Tradução da obra *A Retórica* de Aristóteles.

<sup>6</sup>Obra do mencionado filósofo composta de três livros nos quais ele define a retórica como a outra face da dialética, pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar (RHET, I, 134a).

<sup>7</sup> A escolha pelo ethos em Maingueneau (2006, p. 61) se deu pelo fato de que este busca trabalhar com os gêneros “constituídos”, sejam eles monológicos ou dialogais. Os parceiros ocupam papéis pré-estabelecidos que permanecem estáveis durante o evento comunicativo e seguem rotinas mais ou menos precisas no desenvolvimento da organização textual. Permite-se assim refletir sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a um certo posicionamento.

<sup>8</sup> É aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através de pistas fornecidas por ele no seu discurso (*Idem*).

<sup>9</sup> É aquele em que o enunciador evoca sua própria enunciação, mostrando-se de forma direta por meio de fragmentos de textos (*Idem*)

<sup>10</sup> O caráter corresponde a um feixe de traços psicológicos (MAINGUENEAU, 2006, p.62).

<sup>11</sup> Ela é associada a uma compleição física e a uma forma de se vestir. Além disso, o ethos implica uma forma de mover-se no espaço social, uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento (*Idem*).

<sup>12</sup>Imagem construída pelo destinatário no momento da enunciação.

<sup>13</sup> Defensor de que o homem é produto das práticas discursivas.

<sup>14</sup>A enunciação é composta por três cenas: i) a cena englobante, que corresponde ao tipo de discurso (ex: político, religioso); ii) a cena genérica, que corresponde a um contrato associado a um gênero discursivo; e iii) a cenografia, que corresponde a uma construção própria daquele texto (MAINGUENEAU, 2006, p. 67).

Na definição de (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 192), “a enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço”.

<sup>15</sup> Mestranda da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Unidade de Três Lagoas/ CPTL.